

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE
Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN – Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Encontram-se aqui observadas aqueles listados no Capítulo 4 – Anexos – do COSIF. Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020, data de encerramento do exercício, e comparadas em conformidade com a Circular Bacen 3959, de 04/09/2019.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras estão definidas a seguir:

a) Disponibilidades

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

b) Operações de Crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de “A” até “H”. Aquelas classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

c) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

d) Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas e Pronunciamentos Contábeis - CPC 25.

No encerramento do exercício findo em 31.12.2020 não existiam fatos que ensejassem a necessidade de constituir quaisquer tipos de provisão para contingências.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Apuração do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

3. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro nacional na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	Dez/2020	Dez/2019
Curto Prazo (para negociação)		13.747	16.252
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	9.441	16.252
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	4.306	-
Longo Prazo (mantido até o vencimento)			
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	-	4.192
TOTAL		13.747	20.444

4. Relações Interfinanceiras

Valor correspondente ao recolhimento ao Banco Central do Brasil em espécie, no valor de R\$ 6.500 (mil) para atendimento ao disposto no artigo 27 da Lei no. 4595/64, referente à integralização do capital Social da Agência – vide notas 8 e 9.

5. Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

5.1. Composição por Atividade Econômica

A Vencer

	31.12.2020				31.12.2019			
Setor Privado	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
St Publico Com	-	-	-	-	-	3	-	3
Outros Serviços	156	2.633	19.787	22.576	39	3.021	13.926	16.986
Indústria	80	-	3.482	3.562	13	10	5.433	5.456
Comércio	2.202	5.986	5.004	13.192	66	123	2.418	2.607

Pessoa Física	53	142	18	213	513	2.143	159	2.815
Subtotal	2.491	8.761	28.291	39.543	632	5.300	21.935	27.867

Vencido

Setor Privado	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
Serviço	185	46	3	234	3.920	45	29	3.994
Indústria	29	-	86	115	9	97	430	536
Comércio	1.160	657	227	2.044	386	211	83	680
Pessoa Física	3	12	11	26	199	29	29	257
Subtotal	1.377	715	327	2.419	4.514	383	570	5.466

5.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A VENCER		31.12.2020					31.12.2019
Nível de risco	Até 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	2.392	7.375	14.774	24.541	0,50%	123	46
B	2	954	12.826	13.782	1,00%	138	146
C	95	426	672	1.193	3,00%	36	106
D	-	-	-	-	10,00%	-	44
E	-	2	2	4	30,00%	1	1
F	-	-	-	-	50,00%	-	-
G	-	-	-	-	70,00%	-	3
H	2	4	17	23	100,00%	22	36
Total	2.491	8.761	28.291	39.543		320	382

VENCIDO		31.12.2020					31.12.2019
Nível de risco	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	593	-	-	593	0,50%	3	14
B	428	-	-	428	1,00%	4	10
C	342	-	-	342	3,00%	10	22
D	12	177	-	189	10,00%	19	17
E	-	210	55	295	30,00%	89	27
F	2	250	-	252	50,00%	126	59
G	-	71	-	71	70,00%	50	38
H	-	7	242	249	100,00%	249	546
Total	1.377	715	327	2.419		550	732

5.3. Movimentação da provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa nos exercícios:

	2020	2019
Saldo no Início do exercício	1.113	2.817
Adições	694	404
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	(440)	(207)
Reversões	(34)	(677)
Baixa	(463)	(1.224)
Saldo no Final do semestre	870	1.113

6. Imobilizado de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2020	Adições 2º Semt2020	Baixas	Saldo em 30/06/2020	Saldo em 31/12/2019
PERMANETE	481	300	-	180	500
<u>Imobilizado de Uso</u>	59	(14)	-	72	90
Móveis e Equipamentos de Uso	654	4	-	650	332
Mobiliário	285	-	-	285	285
Equipamento de Processamento	318	-	-	318	-
Outros Equipamentos	52	4	-	48	48
(Depreciação)	(595)	(18)	-	(577)	(560)
(-) Depreciação Móveis e Equip. de Uso	(595)	(18)	-	(577)	(560)
(-) Mobiliários	(240)	(14)	-	(226)	(211)
(-) Equipamento de Proc. de Dados	(314)	(1)	-	(314)	(312)
(-) Outros Equipamentos	(40)	(3)	-	(39)	(36)
<u>Intangível</u>	422	314	-	108	410
Ativos Intangíveis	1.456	627	-	829	2.667
Sistema de Processamento Aquisição	9	-	-	9	-
Licenças Contratuais	1.447	627	-	820	-
(-) Amortização Acumuladas	(1.034)	(313)	-	(721)	(2.258)
(-) Sistema Proc. Dados/Aquisição	(6)	(1)	-	(5)	-
(-) Amortização de Licenças Contratuais	(1.028)	(312)	-	(716)	-

Os ativos Imobilizado e Intangíveis se encontram dentro da composição do plano de contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), estatuídos, respectivamente, pelas Cartas Circulares no. 3941 e 3940, de 22 de março de 2019; – BACEN.

7. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se a repasses do BNDES, FINEP e BNB-FNE, correspondentes a financiamentos de longo prazo, superiores a 5 anos para liquidação e já estão sendo amortizados mensalmente, conforme demonstrado a seguir:

Passivo Circulante

	2020	2019
Obrigações por Repasses-BNDES	-	411
Obrigações por Repasses – FINEP	347	347
Obrigações por Repasses – BNB	151	151
	498	909

Exigível a Longo Prazo

	2020	2019
Obrigações por Repasses-BNDES	-	2.806
Obrigações por Repasses – FINEP	716	922
Obrigações por Repasses – BNB	319	467
	1.035	4.196

- a) Os recursos do BNDES, são corrigidos pela URTJLP, possuem garantia de contrato entre a Irmandade Santa Casa de Misericórdia do Recife e o Ministério da Saúde;
- b) Os recursos do FINEP, são corrigidos pela TJLP, e apresentaram garantias de imóveis/máquinas.
- c) Os Recursos do BNB, são PRE – Fixados e apresentaram garantias reais de painéis solares.

8. Outras Obrigações - Diversas

Em seu maior valor, compreende dotação em dinheiro depositado no Banco do Brasil S/A para aumento de Capital Social, creditado à instituição pelo seu maior acionista (Governo do Estado de Pernambuco), aguardando aprovação do Banco Central do Brasil para incorporação (nota 8). Outras obrigações existentes, constituídas das provisões das despesas administrativas do mês de dezembro/2020 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 dos funcionários e Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do exercício, provisão ordenado e outros credores.

	dez/20	dez/19
Dotação para Aumento de Capital	6.500	-
Provisão Outras Despesas Administrativas	230	394
Provisão de Ordenado, Férias e Encargos	386	209
Credores Diversos	670	514
TOTAL	7.786	1.117

9. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 71.810 (mil), representado por 70.754.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Conforme liberalidade prevista no art. 10º. do Estatuto Social da empresa, em 04 de dezembro de 2020, em ata do Conselho de Administração-CONAD, foi deliberado aumento de Capital Social no valor de R\$ 6.500 (mil), até o limite de 8.000.000,00 (oito milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Após homologação do Bacen em 2021, será incorporado ao Capital da Agência.

O Quadro de acionistas está assim constituído (em Reais 1,00):

	2020		2019	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Acionistas				
Estado de Pernambuco	71.400.000	99,43%	65.000.000	99,37%
AD DIPER	350.000	0,49%	350.000	0,53%
SINDUSGESSO	50.000	0,07%	50.000	0,08%
FEMICRO	10.000	0,01%	10.000	0,02%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
Total	71.810.010	100,00%	65.410.010	100,00%

10. Despesa de Pessoal e Honorários

	2º Sem. 2020	2020	2019
Honorários	435	885	776
Alimentação	369	647	353
FGTS	123	237	162
INSS	424	819	567
Ordenados e Repre	1.014	1.880	1.206
Férias	181	334	209
13º Salário	114	218	148
Outras	33	70	61
	<u>2.693</u>	<u>5.090</u>	<u>3.481</u>

11. Outras Despesas Administrativas e tributárias

	2º Sem. 2020	2020	2019
Manutenção e Conservação	44	83	118
Processamento de Dados	42	81	78
Publicações	28	107	175
Serviços de Terceiros	126	227	199
Serviços Técnicos Especializados	27	482	1.962
Aluguéis	163	338	322
Comunicação	59	108	83
Serviços de Vigilância	-	-	127
Serviços Sistema Financeiro	110	205	98
Cartórios Emolumentos e Custas	-	-	107
Taxas Diversas	-	-	52
Promoções e Relações Públicas	-	-	60
Água, Energia e Gás	41	41	-
Tributárias e Outras	90	217	263
	<u>730</u>	<u>1.891</u>	<u>3.618</u>

12. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos da AGE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 3721/2009, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

b) Risco de Mercado

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a

existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

c) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº. 3.380/2006.

Marcelo Andrade Bezerra Barros
Diretor Presidente

Leonardo Ângelo de Souza Santos
Diretor de Negócios

Eduardo Luiz Almeida de Queiroz
Diretor Financeiro e de Planejamento e Controle

Elly Anderson Teodosio da Silva
Diretor Administrativo

Teótimo Soares de Almeida
Contador-CRC/PE nº 022.654/O-0